

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Devassa na Receita contra adversários de Bolsonaro deve acabar em demissão..... 2

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai tributar apostas on-line para compensar IR..... 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Paulo Marinho afirma que foi avisado por banco sobre ação..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU confirma acessos indevidos e Haddad deve demitir servidor..... 6

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER REVISTA? SIM! (Editorial)..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária traz ganhos para todos..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Coordenador de grupo de trabalho na Câmara quer votar texto no plenário em maio..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medidas favorecem redução dos juros, afirmam ministros..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ibovespa e dólar recuam com exterior e reoneração..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras tem lucro de R\$ 188,3 bi em 2022, o maior da história no país..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco de alta do ICMS pesou na volta parcial de tributos federais..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Combustíveis sobem acima do esperado pelo governo..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Novo Bolsa Família reajusta faixa de pobreza para R\$ 218..... 23

Devassa na Receita contra adversários de Bolsonaro deve acabar em demissão



Catia Seabra e Ranier Bragon Brasília

O acesso sem justificativa legal em 2019 a dados fiscais sigilosos de desafetos do clã Bolsonaro virou alvo de investigação do TCU (Tribunal de Contas da União) e deve resultar em demissão na Receita pelo governo Lula (PT).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), sinalizou a aliados nesta quarta-feira (iº) que tende a demitir do serviço público Ricardo Feitosa, ex-chefe da inteligência da Receita no governo Jair Bolsonaro (PL), caso confirmada a quebra de sigilo de rivais do ex-presidente.

Nessas conversas, Haddad ponderou que ainda analisará esse caso, que vai se assegurar estar comprovada a violação do sigilo e que Feitosa terá amplo direito de defesa.

O próprio corregedor da Receita fez a recomendação de demissão do servidor, mas a ordem final caberá a Haddad.

O caso do ex-chefe da inteligência do órgão foi revelado pela Folha. A tendência de demissão foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela reportagem.

Nesta quarta-feira, o TCU também abriu investigação,

a pedido do Ministério Público.

O caso está sob relatoria do ministro Walton Rodrigues e tem por objetivo "apurar possíveis irregularidades cometidas no âmbito da Secretaria da **Receita Federal**, ao realizar atividade no intuito de acessar indevidamente bancos de dados daquele órgão em busca de informações protegidas por sigilo, relativas a pessoas que seriam desafetos políticos do ex-presidente".

Feitosa acessou e copiou em julho de 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, dados fiscais sigilosos do chefe do Ministério Público do Rio e de desafetos do então presidente da República.

Não havia nenhuma investigação formal na Receita contra essas pessoas que justificasse as consultas. Foram acessados dados do coordenador das investigações sobre o suposto esquema das "rachadinhas" -o então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem- e de dois políticos que haviam rompido com o presidente, o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

O então chefe da inteligência da Receita ficou no cargo apenas quatro meses.

Após a sua saída, a Receita realizou uma investigação que resultou na sugestão de sua suspensão, mas isso foi alterado posteriormente para demissão do serviço público -decisão cuja aplicação ou não é de competência exclusiva do ministro da Fazenda.

Pelas regras da administração pública, os servidores agem mediante motivação, sempre respeitando o caráter constitucional de impessoalidade, o que tem o objetivo, entre outros, de evitar privilégios ou perseguições utilizando a máquina pública.

Além disso, os dados dos contribuintes estão amparados pelo sigilo. Violações ou acessos sem motivação podem resultar em punição, sendo a demissão do serviço público a mais gravosa no âmbito administrativo.

Feitosa não respondeu diretamente às perguntas da reportagem, mas, em nota, sua defesa disse que ele exerceu diversos cargos de chefia em sua vida "sempre com seriedade, zelo, atenção ao interesse

público e cumprimento estrito dos deveres legais, trabalhando no combate à prática de ilícitos tributários e exercendo seu poder-dever de atuar na inteligência fiscal".

"Não promoveu a violação de dados fiscais e tributários e nenhuma forma de vazamento ou divulgação de informações, tendo todos os dados de inteligência mantidos sob a proteção do sigilo legal", disseram seus advogados.

Como mostrou a Folha nesta quarta, o corregedor da **Receita Federal**, João José Tafner, afirmou internamente ter sofrido no ano passado pressão do antigo comando do Fisco para arquivar processo disciplinar aberto contra o então chefe da inteligência do órgão.

A antiga direção da Receita nega qualquer ação nesse sentido e diz que não existe nas peças formais relativas ao caso menção a essa suposta pressão por arquivamento.

As afirmações de Tafner, porém, foram feitas internamente ao atual comando da Receita e resultaram na instauração de uma investigação pela Corregedoria do Ministério da Fazenda, o que foi confirmado pelo Fisco nesta quarta.

Isso se deu após o atual secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, transcrever a reunião com Tafner em uma ata e a enviar à corregedoria do Ministério da Fazenda.

"O relato foi registrado em ata subscrita pelo secretário especial Robinson Barreirinhas juntamente com três servidores da **Receita Federal** e da Corregedoria do Ministério da Fazenda, que participaram da reunião", diz a nota, que não dá detalhes sobre o teor do encontro.

De acordo com relatos, Barreirinhas enxergou possível ato ilícito, uma vez que Tafner não teria denunciado o caso ou tomado providências à época das supostas pressões.

Essa investigação conteria ainda outra acusação de Tafner, feita contra Barreirinhas. O corregedor afirma também ter sofrido pressão do atual comando da Receita para renunciar ao seu mandato na corregedoria do Fisco, que termina só em janeiro de 2025.

Na nota desta quarta, a Receita negou haver pressão para renúncia do corregedor.

Tafner participou de atos de campanha bolsonarista em 2018 e chegou a posar para fotos ao lado do então

candidato a deputado Eduardo Bolsonaro (hoje no PL) usando camisa da seleção brasileira e adesivo de outro candidato do PSL, partido pelo qual o ex-mandatário foi eleito.

Ele chegou à função após longa campanha pública e de bastidores do clã Bolsonaro para emplacar na cadeira alguém alinhado, já que a família afirmava ser perseguida por meio de acessos ilegais de dados e vazamentos de informações sigilosas, em especial os de Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O cargo de corregedor chegou a ficar vago por cerca de seis meses justamente pelas negociações de bastidor no governo para que alguém do agrado do clã fosse escolhido.

A Folha enviou perguntas a Tafner diretamente, e também por meio da assessoria de imprensa da Receita, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50203>

Governo vai tributar apostas on-line para compensar IR



Faixa maior. Governo isentou de IR quem ganha até R\$ 2.640 este ano

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo vai compensar a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) com a taxaço de apostas eletrônicas. Segundo ele, a ideia é regulamentar o tema este mês.

- Vamos regulamentar (os jogos). Nós reajustamos a tabela do IR (Imposto de Renda), e isso tem uma perda pequena de arrecadação. Nós vamos compensar com a tributação sobre esses jogos eletrônicos, que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do país -disse o ministro em entrevista ao UOL.

O presidente Lula anunciou que, em maio, vai subir a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 2.640 por mês. A estimativa é de uma perda de R\$ 3,2 bilhões este ano e R\$ 6 bilhões em 2024.

- Em março, regulamentamos (os jogos). Mandaremos para a Casa Civil e obviamente que serão chamados os ministérios envolvidos, mas é uma prerrogativa da Fazenda. Já falei com o presidente sobre isso, e ele é a favor. Jogos (eletrônicos) no mundo inteiro são tributados -afirmou Haddad.

Os números sobre a arrecadação esperada com o novo tributo ainda não estão fechados. O ministro, contudo, diz que está na casa dos "bilhões": -Os números estão variando muito. Esse é um dos problemas que temos para apurar melhor. Estamos trabalhando no assunto. A **Receita Federal** e a

Secretaria de Reforma Econômica estão fazendo a estimativa de arrecadação e os números não estão convergindo. O modelo está pronto, mas é preciso uma estimativa um pouco mais precisa. Mas é algo na ordem de bilhões, não muitos, mas alguns.

Embora o ministro tenha se referido a jogos eletrônicos, o Ministério da Fazenda esclareceu que Haddad se referia a apostas esportivas on-line, principalmente sobre resultados de futebol, também chamadas de sports betting. A medida não incluiria jogos de videogame ou esportes eletrônicos, chamados de e-sports.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Paulo Marinho afirma que foi avisado por banco sobre ação



FÁBIO ROSSI/14-03-2020

Ex-aliado. Paulo Marinho: "penitência" por ter ajudado Bolsonaro a se eleger

O empresário Paulo Marinho, ex-aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que "já sabia que estava sendo bisbilhotado" pelo governo Bolsonaro. A afirmação ocorreu em entrevista concedida ao Estúdio i, da GloboNews.

Marinho teve o sigilo fiscal quebrado em 2019 pelo então chefe de inteligência da **Receita Federal**, Ricardo Feitosa. Além dele, a quebra de sigilo também atingiu Eduardo Gussem, ex-procurador-geral de Justiça do Rio, e Gustavo Bebianno, ex-ministro do governo Bolsonaro.

Marinho disse que soube pela gerente do banco que seus dados estavam sendo acessados por órgãos do governo em 2019 ou 2020: "Quando eu disse que não foi surpresa foi porque eu tive esse episódio da minha gerente. Eu já sabia que estava sendo bisbilhotado por órgãos do governo".

Na ocasião, Marinho era pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro: "Acho que eles tinham desejo de encontrar algo que pudesse me constranger, me botar numa posição delicada".

O empresário lembrou que acessaram os dados de sua declaração de Imposto de Renda "de praticamente 12 anos".

"A família Bolsonaro trata o estado como se fosse o gabinete deles. A audácia dessas pessoas é um coisa absolutamente sem limite", concluiu Marinho, afirmando que pedirá reparação à União por quebra de

sigilo: "Meus dados foram manipulados pelo governo, usando a estrutura do Estado".

Amigo de Bebianno, Paulo Marinho se aproximou de Bolsonaro durante a eleição, transformando a sua casa, no Jardim Botânico, numa espécie de quartel-general da campanha bolsonarista.

Era lá que o então candidato à Presidência gravava os programas da propaganda eleitoral.

ROMPIMENTO O rompimento com Bolsonaro ocorreu na época em que o ex-ministro Sergio Moro deixou o governo acusando o ex-presidente de interferência da Polícia Federal. À época, Marinho comprou a briga de Moro e, em entrevista, revelou que Flávio Bolsonaro receberia informações privilegiadas da PF em 2018 sobre Fabrício Queiroz, ex-assessor do então deputado, acusado de ter operado na Alerj um esquema de rachadinhas no gabinete de Flávio, hoje senador. A investigação foi arquivada por erros no trâmites dos processos.

Flávio argumentou na época que Marinho estava de olho em sua vaga de senador, já que o empresário é suplente do filho do ex-presidente.

Nas últimas eleições, Paulo Marinho declarou voto em Lula. No evento em que confirmou seu apoio ao petista, o empresário disse: "Quem conhece o Bolsonaro, como eu conheço, vota no Lula".

Ainda afirmou "estar pagando uma penitência" por tê-lo ajudado a se eleger presidente da República.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

TCU confirma acessos indevidos e Haddad deve demitir servidor

Guilherme Pimenta e Murillo Camarotto De Brasília

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que, entre 2018 e 2020, foram detectados oito acessos indevidos feitos por servidores da **Receita Federal** a dados sigilosos de contribuintes, dos quais seis foram classificados como envolvendo "pessoas politicamente expostas (PEPs)". O documento, ao qual o Valor teve acesso, também aponta fragilidades nos sistemas do Fisco e vem à tona em meio às denúncias de que o ex-chefe de inteligência do órgão durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro teria acessado e copiado dados fiscais cobertos por sigilo de adversários do então chefe do Poder Executivo.

Este último episódio, que envolve o auditor fiscal Ricardo Pereira Feitosa, foi revelado pelo jornal "Folha de S.Paulo". Segundo o Valor apurou, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve demiti-lo. A defesa dele nega que ele tenha cometido qualquer irregularidade.

Independentemente do desfecho desse caso, a auditoria do TCU concluída no fim do ano passado mostrou que o sistema da **Receita Federal** tem brechas que poderiam permitir acesso indevido a informações sigilosas de contribuintes por parte de servidores do órgão. O tribunal determinou providências para o aprimoramento dos sistemas eletrônicos do Fisco em até 120 dias a partir de 7 de dezembro, prazo que ainda não expirou.

No processo analisado, o TCU narra que, após identificar os acessos indevidos às informações dos contribuintes, foram instaurados processos administrativos, dos quais quatro foram concluídos com responsabilização dos servidores e aplicação de penalidades. O órgão não detalha o teor das punições, os contribuintes envolvidos nem os **servidores públicos**, apesar de ser possível detectar quais servidores acessam dados sigilosos por meio do próprio sistema da Receita.

Por outro lado, o TCU aponta que não é possível impedir os acessos devido à estrutura atual do órgão fiscal. "Não há mecanismos para evitar a ocorrência de eventos que representam violação do dever de sigilo fiscal, especialmente em relação a pessoas expostas politicamente, ocupantes de cargos de relevo na República", assinalou na ocasião o ministro Bruno

Dantas, que analisou o processo.

Os auditores do TCU assinalaram no relatório que o sigilo fiscal não se impõe somente à divulgação externa das informações disponíveis no banco de dados do órgão custodiante, "mas também se aplica ao acesso interno dessas informações por seus servidores". Os técnicos apontam que pessoas expostas politicamente têm maior risco de que seus dados sejam acessados "de maneira imotivada devido aos cargos e às funções que ocupam e uma vez que a inspeção foi motivada justamente por um possível acesso aos dados sigilosos dessas pessoas".

No processo na Corte de Contas, a Receita alegou que seria impraticável a implementação de travas automáticas para acesso pelos servidores aos seus sistemas, que também reúnem declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas. De acordo com o órgão, isso afetaria outros processos de trabalho e comprometeria sua atuação.

"Eventuais limitações de sistema não devem servir como justificativa para não implementar controles necessários ao cumprimento de dever legal de resguardo do sigilo fiscal, de qualquer cidadão que seja", escreveu o ministro-relator em seu voto. "É dizer, o sistema deve se amoldar ao cumprimento do dispositivo legal, e não o contrário." Em relação ao caso específico de Ricardo Pereira Feitosa, o Ministério Público junto ao TCU solicitou nessa quarta-feira, 1, a abertura de um processo para investigar eventuais irregularidades. Autor do pedido de investigação, o subprocurador-geral do TCU Lucas Rocha Furtado argumenta que as ações de Feitosa "podem configurar infrações de abuso de poder, além de improbidade administrativa". Segundo ele, a "atuação ilegítima" do servidor "compromete a boa gestão dos recursos públicos", que é o foco de atuação do tribunal.

"O acesso indevido a dados sigilosos desses personagens por parte do servidor da Receita Federal poderia, em tese, objetivar a obtenção de informações que pudessem constranger de alguma forma esses indivíduos, em contraposição a suas posições críticas à família Bolsonaro, de modo a, dessa forma, atender um eventual interesse meramente pessoal do ex-presidente, caracterizando desvio de finalidade no uso de dados, informações e

recursos materiais do serviço público em prol de interesse particular", sustenta o procurador.

A representação de Furtado foi distribuída pelo presidente do TCU, Bruno Dantas, para relato-ria do ministro Walton Alencar Rodrigues. Ainda não há qualquer prazo para que o caso seja julgado.

De acordo com reportagem do jornal "Folha de S.Paulo", um dos alvos teria sido o então procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, um dos responsáveis pelas investigações no MP carioca sobre as "ra-chadinhas" de membros da família Bolsonaro. O empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebbiano, falecido em 2020, também teriam sido alvo da quebra de sigilo fiscal indevida pela Receita.

A defesa do auditor, por meio do advogado Marco Marrafon, disse que ele "não promoveu violação do sigilo legal, não tendo realizado vazamento de dados e informações de contribuintes". "Esclarecemos que o vazamento seletivo de um processo que corre sob sigilo legal é crime e promove uma violação à segurança do adequado andamento processual em curso", acrescentou em nota.

A **Receita Federal** confirmou as investigações. De acordo com o órgão, em reunião realizada em 3 de janeiro deste ano, "houve relato de fatos e eventos que podem, em tese, configurar ilícito a ser devidamente apurado". A Receita informou que o relato foi registrado em ata subscrita pelo secretário especial Robinson Barreirinhas com três servidores da **Receita Federal** e da Corregedoria do Ministério da Fazenda.

"A ata foi enviada para a Corregedoria do Ministério da Fazenda, e é, por ora, sigilosa por conter fatos que podem vir a integrar procedimento correccional", informou o órgão. A Receita nega que tenha havido qualquer pressão do atual comando da **Receita Federal** para renúncia do mandato do Corregedor do órgão. Procurada, a **Receita Federal** não retornou até o fechamento da reportagem para comentar o relatório do TCU obtido pelo Valor.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1§ion=1>

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER REVISTA? SIM! (Editorial)

Por Wagner Balera - professor titular na Faculdade de Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutor em Direito Previdenciário | Edição do dia 02/03/2023 - Matéria atualizada em 02/03/2023 às 04h00

Quando se cogita de reforma previdenciária, o que já se fez diversas vezes desde a Constituição de 1988, o primeiro argumento é, invariavelmente, o do déficit do sistema.

Ninguém se pergunta sobre a veracidade ou falsidade do argumento. Os que querem a reforma afirmam, categoricamente, que há déficit. E, os que não a querem, dirão o contrário. O pior é que, sempre e sempre, sem nenhuma prova. Portanto, o primeiro sim é o de que deve existir, necessariamente, a reforma do financiamento da **seguridade social** a partir de adequado cálculo atuarial, a fim de que se cumpra o objetivo constitucional do equilíbrio financeiro do sistema, vale dizer, que as entradas sejam suficientes para custear as saídas.

O segundo sim à reforma é, igualmente, o cumprimento do objetivo constitucional da redução das desigualdades. Aliás, esse foi o mote da primeira reforma (1998), de algum modo observada nas demais. É urgente a redução das assimetrias entre os beneficiários do regime geral e dos regimes próprios, isto é, os **servidores públicos** civis, militares, e integrantes dos poderes do Estado. Entretanto, cada reforma tratou de jogar esse caminho rumo à igualdade para um porvir distante. Urge, pois, para que se implante o bem-estar - objetivo último da **seguridade social** - que a reforma seja, sim, a da radical redução do abismo de desigualdades que existe entre os regimes.

Outro problema que este tema traz à baila é o do critério apto a determinar a fixação de certa idade mínima para as aposentadorias. Para que tal discussão não se transforme num cabo-de-guerra podemos pensar no elemento central a ser considerado: a idade em que se situa a sobrevida média dos brasileiros, com o incomodo componente (incomodo para este efeito, entenda-se bem) de que as mulheres detêm sobrevida maior do que os homens. Portanto, se defendo isonomia na idade estou, naturalmente, beneficiando as mulheres. Exemplifico: um homem se aposenta aos 65 anos e

terá aproximados oito anos de sobrevida, pois morre em média aos 73 anos. Por seu turno, uma mulher que se aposente com a mesma idade de 65 anos terá aproximados quinze anos de sobrevida, posto que a idade média da morte dela será aos 80. É só não nos esquecermos que cada ano a mais na fruição da aposentadoria significa maior dispêndio para o caixa da **seguridade social**.

Um terceiro problema que nos impõe a resposta afirmativa consiste no critério de reajustamento dos benefícios. Hoje esse critério atrela o reajuste ao indexador aplicável ao salário-mínimo. Ocorre que, em lugar nenhum, está garantido que o aumento da arrecadação de contribuições será proporcional ao incremento do salário-mínimo. Essa variável depende do conjunto da economia que, nas mais das vezes, oscila ao sabor de outras questões, sobretudo do que se prefere denominar genericamente de mercado. Portanto, é necessário que se crie critério autônomo de reajustamento dos benefícios e que, mediante tal critério, seja garantido, consoante exigência constitucional, o poder aquisitivo que a prestação previdenciária detinha desde o momento da respectiva concessão. A trágica ausência de visão de conjunto do fenômeno da **seguridade social** a transformou no bode expiatório dos desequilíbrios econômicos. Reforma, sim, para que o debate ponha verdade onde hoje só existe enorme confusão.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5937>

Reforma tributária traz ganhos para todos

OPINIÃO Bernard Appy secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

A **reforma tributária**, tema central da política econômica do governo que está se iniciando, deverá ser implementada em duas etapas. A primeira delas - objeto deste artigo - tem como foco os **tributos** sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Co fins, IPI, ICMS e ISS). Na segunda será proposta a reforma da tributação da renda. O objetivo dessas mudanças é fazer o Brasil crescer mais e, simultaneamente, reduzir as desigualdades sociais e regionais.

A reforma da tributação do consumo está em discussão no Congresso desde 2019, por meio das PECs (propostas de emenda à Constituição) nº 45, da Câmara, e nº 110, do Senado. As duas propostas - que, em suas versões mais recentes, têm muito mais similaridades do que diferenças - resolvem uma série de problemas que fazem o sistema tributário brasileiro ser um dos mais caros, complexos, injustos e ineficientes do mundo.

A correção dessas distorções tem um efeito muito positivo sobre o crescimento do país, o que faz com que todos sejam beneficiados: cidadãos, empresas e governos nas esferas federal, estadual e municipal. Com a **reforma tributária**, todos são beneficiados, mas ganham sobretudo as pessoas mais pobres e as regiões menos desenvolvidas do país.

Partindo da discussão já bastante avançada das PECs 45 e 110, a função do governo será a de apoiar os deputados e senadores na construção da melhor reforma possível dos **tributos** sobre bens e serviços. Mas quais são as características dessas propostas de **reforma tributária** que fazem com que elas tenham um impacto tão positivo no crescimento e ainda reduzam desigualdades?

A primeira dessas características é uma enorme simplificação de nosso sistema tributário. As duas propostas consolidam os diversos **tributos** que incidem atualmente sobre bens e serviços em um ou dois **impostos** sobre o valor adicionado, com legislação nacionalmente uniforme e regras simples e homogêneas.

Supera-se, assim, o verdadeiro caos normativo em que o país se meteu com as diferentes legislações federais (IPI, PIS e Cofins) incidindo conjuntamente com 27 distintos regulamentos estaduais de ICMS e com uma infinidade de normas de ISS, editadas pelos

milhares de municípios brasileiros.

A superação desse cenário infernal em que operam as empresas no Brasil resulta na redução de litígios e de custos burocráticos para as empresas, melhorando o ambiente de negócios e permitindo a redução de preços para os consumidores finais.

Mas a reforma faz muito mais que isso.

Por um lado, as PECs 45 e 110 preveem a devolução parcial do imposto pago pela população de baixa renda, de forma progressiva, através de um mecanismo de cashback. Desse modo, a reforma, que contempla a todos, acaba sendo mais benéfica para a parcela mais vulnerável da sociedade.

Por outro lado, pela primeira vez na história da tributação brasileira, a não cumulatividade na tributação de bens e serviços será plena. As empresas passarão a recuperar a totalidade dos créditos relativos aos insumos adquiridos, viabilizando a desoneração integral das exportações e dos investimentos.

Reduz-se, assim, o chamado "custo Brasil", ampliando a competitividade do produto nacional no mercado interno e no exterior, com todos os ganhos que daí advêm em termos de emprego, renda e crescimento econômico.

A recuperação integral dos créditos também acaba com as intermináveis discussões sobre quais insumos produtivos conferem e quais não conferem créditos aos contribuintes, que têm sobrecarregado nossos tribunais judiciais e administrativos.

Para que a não cumulatividade seja efetivamente plena, é essencial que a tributação incida sobre uma base ampla de bens, serviços e intangíveis, como proposto nas PECs 45 e 110. Supera-se, dessa forma, a artificial e anacrônica separação entre a tributação de bens e serviços, que não existe mais em nenhum país economicamente relevante e é geradora de complexidade e de conflitos de competência entre os entes da Federação.

A **reforma tributária** também cuida de reconstruir o federalismo brasileiro, muito machucado pelo sistema atual. Nesse sentido, as PECs 45 e 110 preveem a atribuição da totalidade da receita tributária ao estado e ao município de destino, onde efetivamente ocorre o consumo do produto ou do serviço, ou seja, onde está

estabelecido o cidadão consumidor, que demanda serviços públicos.

A tributação no destino corrige uma distorção histórica do sistema tributário atual, por meio da qual se opera uma transferência de recursos das regiões mais pobres (consumidoras) para as regiões economicamente mais desenvolvidas (produtoras). Todas as unidades da Federação serão favorecidas pelo maior crescimento da economia, mas, com a adoção do princípio do destino, os estados e municípios de menor renda serão os que mais se beneficiarão.

As PECs 45 e 110 também asseguram a plena autonomia da União, dos estados e dos municípios na definição da alíquota básica do imposto a ser aplicada em seus respectivos territórios. A sociedade local terá a prerrogativa de, por meio dos seus representantes no Legislativo, discutir a tributação sobre seu consumo e a alocação dos recursos arrecadados.

Adicionalmente, para financiar a política de desenvolvimento dos estados de menor renda, propõe-se a instituição de um Fundo de Desenvolvimento Regional, que substituirá, com total transparência e de forma mais eficiente, a política atual baseada na concessão de benefícios e na "guerra fiscal" que vem minando o federalismo brasileiro.

Em paralelo, as duas PECs preveem a manutenção de benefícios para a Zona Franca de Manaus, visando garantir a geração de emprego e renda na região.

Tudo isso é feito sem aumentar a carga tributária. O que a reforma faz é tornar transparente para o contribuinte o total do imposto pago na cadeia de produção e comercialização dos bens e serviços que está adquirindo - o que é impossível no complexo e distorcido sistema atual. Assim, promove-se a cidadania fiscal, aproximando o cidadão, pagador do imposto, do ente governamental que usa os recursos arrecadados no financiamento das políticas públicas.

Em suma, a **reforma tributária**, nos moldes propostos nas PECs 45 e 110, é uma das medidas mais importantes na construção de um sistema mais justo e mais eficiente, beneficiando a todos, mas, sobretudo, as famílias de menor renda e as regiões menos desenvolvidas do nosso Brasil.

[...] A reforma torna transparente para o contribuinte o total do imposto pago na cadeia de produção e comercialização dos bens e serviços que está adquirindo - o que é impossível no complexo e distorcido sistema atual

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50203>

Coordenador de grupo de trabalho na Câmara quer votar texto no plenário em maio



Reginaldo Lopes (PT-MG), que discute a reforma tributária na Câmara Adriano Machado - 1º.dez.22/Reuters

Danielle Brant Brasília

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho na Câmara que discute a **reforma tributária**, quer que a PEC (proposta de emenda à Constituição) seja votada pelo plenário já em maio, logo após a entrega do relatório final por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Lopes e Ribeiro falaram ao final de reunião do grupo criado para discutir as mudanças no sistema tributário. De acordo com o cronograma divulgado nesta quarta-feira (1º), o parecer deve ser entregue em 16 de maio, quando está prevista a conclusão dos trabalhos do colegiado.

Quando lhe foi perguntado sobre a possibilidade de levar o texto direto para plenário após o fim do grupo de trabalho, Lopes defendeu a ideia.

"Eu acho que o dia em que nós concluirmos o trabalho no grupo de trabalho, realizarmos uma semana de seminário com o conjunto de deputados e deputadas de todas as bancadas e estados, acho que na semana seguinte esse relatório tem que ir para o plenário", afirmou. "Eu acho importante para ganhar força e a gente não perder a mobilização para sua aprovação." O texto final deve ser construído a partir de duas PECs: a 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que substitui cinco **tributos** atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); e a 110, do Senado e que propõe fusão de **impostos** - uma das principais diferenças em relação à 45 é que a simplificação resulta em dois **tributos**, e não em um.

Na entrevista, Ribeiro, que também será o relator no plenário, defendeu que um senador acompanhe as discussões do grupo de trabalho para agilizar a votação no Senado. "Isso vai ser uma conversa entre [o presidente da Câmara, Arthur] Lira e [o presidente do Senado, Rodrigo] Pacheco", disse.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50203>

Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad

Estevão Taiar e Edna Simão De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual "é mais viável" do que a de um IVA único.

Ele lembrou que essa é uma das principais decisões a serem tomadas a respeito da **reforma tributária**.

Os dois principais textos que formarão a reforma - propostas de emenda à Constituição (PEC) 45 e 110 - têm como base a implantação de um IVA. Mas somente a 110 propõe o IVA dual, com um imposto para União e outro para Estados e municípios.

Em entrevista ao UOL, Haddad também afirmou que "tem mais simpatia" por uma nova regra fiscal que seja "simples, objetiva e que mostre a trajetória" das contas públicas prevista "para os próximos anos". "Mas posso ser voto vencido", afirmou. Ele disse que há outros grupos que defendem uma regra fiscal "mais detalhada", mas não revelou se esses grupos estão dentro do governo.

Outro ponto revelado pelo ministro foi que o governo "vai regulamentar jogos na internet", referindo-se a sites de apostas eletrônicas.

Segundo Haddad, essa será uma das formas de compensar o impacto fiscal causado pelo aumento da isenção do Imposto de Renda (IR). Haddad disse que o tema já foi tratado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que "é a favor" da tributação.

Um segundo assunto que "está na ordem do dia" de Lula é o acordo entre Mercosul e União Europeia, segundo o ministro. "Tratei desse assunto no [encontro dos ministros de Finanças do] G-20, tenho despacho com o presidente Lula para tratar do que ouvi.

Na avaliação de Haddad, a "bola está mais com os europeus do que com a gente" e "envolve questões internas dos países".

O ministro disse que mudar a política de preços da Petrobras é algo que "não se resolve em duas semanas" e que "exige estudo".

Atualmente, a empresa segue o preço de paridade de

importação (PPI), que leva em conta a cotação do petróleo no mercado internacional e o câmbio. Ele voltou a defender que a petrolífera adote uma postura de maior "transparência".

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187357?page=1§ion=1>

Medidas favorecem redução dos juros, afirmam ministros



Simone Tebet: "Estamos fazendo esforço concentrado para mostrar ao BC que o problema da inflação não é demanda"

Estevão Taiar, Guilherme Pimenta e Edna Simão De Brasília

Os principais ministros da área econômica afirmaram ontem que as medidas que vêm sendo adotadas e planejadas pelo governo federal facilitam o corte de juros pelo Banco Central (BC).

Atualmente, a taxa Selic está em 13,75%, e o trabalho da autoridade monetária vem sendo um dos principais objetos de crítica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste início de mandato.

Após evento no Palácio do Planalto, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que "o problema da **inflação** no Brasil não é de demanda".

Portanto, para baixar os juros, é preciso apenas "fazer o dever de casa", segundo ela.

"Estamos fazendo um esforço concentrado para mostrar ao Banco Central, na próxima reunião do Copom [Comitê de Política Monetária], que o problema da **inflação** não é demanda", disse a ministra.

"Isso é um ponto importante, inicial, que nos dá tranquilidade do que estamos falando. É possível baixar os juros no Brasil, ainda que não nos patamares que nós queremos.

Nós entendemos a posição do Copom, mas o problema da **inflação** no Brasil não é demanda.

Então é só fazer o dever de casa." De acordo com Simone, o "dever de casa" envolve demonstrações de "segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade", que por sua vez seriam garantidas por meio da aprovação da **reforma tributária** e do novo arcabouço fiscal.

O Copom volta a se reunir nos dias 21 e 22 deste mês. Em entrevista ao vivo concedida ao UOL, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que "é possível" que o novo arcabouço fiscal seja apresentado antes da reunião. Ele lembrou que a decisão cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Simone, Haddad e o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, chegaram a se reunir no fim do mês passado, quando estavam no auge as críticas de Lula ao BC e as pressões pelo governo federal para que a meta de **inflação** fosse elevada.

Na entrevista, Haddad afirmou que a independência da autoridade monetária "é uma situação incontornável no curto e médio prazo" e que não há "ânimo no Congresso para rever" o tema.

Mas Fernando Haddad reforçou o discurso de que a reoneração da gasolina e do etanol abre espaço para o BC antecipar o ciclo de corte de juros.

"O que fiz ontem [terça-feira, no anúncio da reoneração] não foi pressionar, foi lembrar o que está escrito na ata" do Copom, disse. "Se vai reduzir ou não [os juros], quando vai reduzir, é papel da autoridade monetária." Além disso, afirmou que o BC "deve estar atento ao que acontece com o crédito no Brasil", defendendo que o atual nível de juro atrapalha a concessão de crédito.

O tema também têm sido tratado pelos ministros com outros interlocutores.

"Conversei hoje [terça-feira, 28] com a ministra Simone Tebet, sobre a nova âncora fiscal, que será fundamental para o controle fiscal do Brasil", escreveu o deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE) em sua conta no Twitter. "Falamos também sobre o papel

do BC e sua política monetária que mantém a Selic em 13,75%, maior taxa de juros do mundo."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1§ion=1)**

Ibovespa e dólar recuam com exterior e reoneração

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Os ativos locais registraram performance heterogênea na sessão de ontem, enquanto a decisão do governo de reonerar parcialmente os combustíveis e seus desdobramentos continuaram em pauta por aqui e investidores globais reagiram a dados positivos vindos da China e à perspectiva de juros mais altos por mais tempo nos EUA.

No fim do dia, os juros futuros tiveram comportamento misto, com os vencimentos curtos recuando e os longos subindo. Ao mesmo tempo em que a perspectiva de reoneração é tida como positiva no âmbito fiscal e pode abrir espaço para cortes de juros ainda neste ano, agentes demonstram desconforto com a criação do imposto de exportação de óleo cru e com críticas do governo ao Banco Central. Assim, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 caiu de 13,375% do ajuste anterior para 13,295%; e a do DI para janeiro de 2027 subiu de 12,90% para 12,99%.

Já o dólar comercial fechou em queda de 0,62%, cotado a R\$ 5,1926, em meio à valorização de moedas de países produtores de commodities com a perspectiva positiva na China.

O Ibovespa cedeu 0,52%, aos 104.385 pontos, pressionado por petroleiras, estatais e Hapvida ON, que caiu 32,74% após divulgar balanço.

O pregão foi novamente marcado por reflexos das discussões relacionadas aos combustíveis. Para o gestor da Oby Capital, Camilo Cavalcanti, o aparente sucesso em garantir a recomposição da arrecadação é um bom encaminhamento para o curto prazo e o Banco Central pode considerar esses elementos em breve. "Depois do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** andarem, ainda me parece razoável pensar em queda de juros no segundo semestre", diz.

Mesmo assim, ele demonstra que houve certa insatisfação do mercado com as soluções apresentadas pelo governo. "Foi uma super engenharia do governo. Reoneração parcial com queda de preços da Petrobras, que é um fator circunstancial, junto com imposto temporário sobre exportação [de óleo cru]. Parece um belo exemplo do

que é heterodoxia", avalia.

Ele acredita que a conta vai ser paga pelo setor privado de petróleo.

"Do nada, uma canetada pode inviabilizar empresas. O que impede que sejam feitas outras medidas assim? A sinalização parece ser que isso não é um grande problema do ponto de vista do governo. E isso é bem ruim a longo prazo", conclui. 3R Petroleum ON caiu 10,46% e Prio ON recuou 0,95%.

Adicionalmente, a Petrobras anunciou ontem que recebeu ofício do Ministério de Minas e Energia solicitando a suspensão do processo de venda de ativos por 90 dias, o que foi mal recebido por agentes e afetou outras ações ligadas ao Estado, com investidores enxergando um acirramento do discurso intervencionista. Banco do Brasil ON cedeu 3,23% e Eletrobras ON recuou 2,33%.

Os papéis ordinários e preferenciais da Petrobras, por sua vez, fecharam em estabilidade e com alta de 0,24%, respectivamente, com a perspectiva de que a companhia divulgaria balanço e distribuição de dividendos após o fechamento do pregão. "Expectativa de um último anúncio de dividendo forte antes de mudar a política", disse um gestor em condição de anonimato.

No exterior, o discurso duro de membros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) seguiu pressionando as bolsas, mas a leitura positiva do índice PMI industrial da China deu um alento, ainda que pontual. "Nossa única visão mais positiva é em relação à reabertura da China, mas está difícil escolher os ativos. Acreditamos que o benefício maior da reabertura tem a ver com mobilidade e consumo, como mostram os dados, mas os papéis não estão performando por conta da piora nos conflitos geopolíticos do país com os EUA. As empresas ligadas às commodities metálicas estão andando, mas é difícil dizer se têm pernas para continuar", diz Thalles Franco, sócio e gestor da RPS Capital.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Ibovespa e dólar recuam com exterior e reoneração

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187481>

Petrobras tem lucro de R\$ 188,3 bi em 2022, o maior da história no país



Abastecimento em posto em SP nesta quarta (1º), quando entrou em vigor a reogeração dos combustíveis Danilo Verpa/Folhapress

Nicola Pamplona rio de Janeiro

Beneficiada pela escalada das cotações internacionais do petróleo, a Petrobras fechou 2022 com o maior lucro anual da história das empresas brasileiras: R\$ 188,3 bilhões, alta de 76,6% em relação ao resultado de 2021, que havia sido o maior já anunciado pela estatal.

Com o lucro recorde, a empresa teria de distribuir mais R\$ 35,8 bilhões em dividendos, mas a nova gestão propôs a retenção de R\$ 6,5 bilhões em uma reserva estatutária, que será avaliada pelos acionistas em assembleia.

A elevada distribuição de dividendos pela companhia, que se tornou a segunda maior pagadora do mundo em 2022, era alvo de fortes críticas do PT e de seus aliados.

O lucro divulgado pela Petrobras nesta quarta-feira (1º) supera os R\$ 129,1 bilhões anunciados pela Vale em 2021, em valores corrigidos pelo IPCA, até então o maior já registrado por uma companhia brasileira, segundo Einar Rivero, da TradeMap.

No texto que abre o balanço, o diretor financeiro da companhia, Rodrigo Araújo, diz que anuncia o resultado com "muito orgulho e um forte sentimento de dever cumprido". Ele foi indicado ainda no governo Jir Bolsonaro (PL) e será substituído pela nova gestão petista.

Araújo diz que o lucro recorde resulta "de uma longa trajetória de superação de enormes desafios, gestão eficiente, escolhas estratégicas consistentes que se

mostraram acertadas e foco na geração de valor". A empresa fechou o ano com dívida bruta de US\$ 53,8 bilhões, queda de 8,4%.

De acordo com a Petrobras, o desempenho se deve principalmente à alta do preço do petróleo, a maiores margens na venda de combustíveis, ao melhor resultado financeiro e a ganhos com acordos de coparticipação em campos do pré-sal, que lhe renderam ressarcimentos por investimentos já feitos.

No ano, a estatal vendeu petróleo ao preço médio de US\$ 101,19 por barril, alta de 43,1% em relação ao ano anterior. O preço médio de sua cesta de combustíveis bateu novo recorde, a R\$ 632,2 por barril, alta de 51,9% em relação a 2021.

A escalada dos preços dos combustíveis levou Bolsonaro a intervir na estatal, com a troca de dois presidentes durante o ano, e no mercado em geral, com a desoneração de **impostos** federais e imposição de teto para o ICMS sobre os combustíveis.

A cobrança de **impostos** foi retomada nesta quarta, em alíquotas menores do que as anteriores, na primeira grande intervenção do governo Lula na empresa, que reduziu o preço da gasolina para compensar parcialmente a alta na carga tributária.

O governo decidiu também taxar as exportações de petróleo por quatro meses, o que terá impacto nos resultados da Petrobras pelos próximos trimestres. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as empresas de petróleo têm lucros "exorbitantes" e que a solução é de transição.

De fato, além da Petrobras, outras petroleiras globais como Shell e BP anunciaram lucros recordes em 2022, impulsionadas pela reação do mercado às sanções impostas à Rússia após o início da Guerra na Ucrânia.

De acordo com levantamento da TradeMap, o lucro anual da Petrobras é o terceiro maior entre as petroleiras globais com ações em Bolsa que já divulgaram balanços, atrás apenas de ExxonMobil e Shell.

Durante o ano, a estatal brasileira teve receita de R\$ 641,2 bilhões, alta de 41,7% em relação ao verificado no ano anterior. O Ebitda, indicador que mede a

geração de caixa, cresceu 45,1%, para R\$ 340,5 bilhões. No quarto trimestre, a empresa lucrou R\$ 43,3 bilhões, alta de 37,6% em relação ao mesmo período de 2021.

A proposta de retenção de parte dos dividendos já mostra influência da gestão petista, que pretende mudar a estratégia da companhia, ampliando investimentos e retornando a segmentos abandonados pelas gestões anteriores.

Caso a retenção não seja aprovada pelos acionistas, a empresa distribuirá R\$ 215,8 bilhões pelo resultado de 2022, segundo o Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O valor, diz o diretor técnico do Inep, Mahatma dos Santos, reafirma "estratégia da empresa de seguir transferindo valor gerado a seus acionistas, em detrimento de uma política de investimentos de longo prazo."

Resultados do setor são exorbitantes, afirma Haddad

Nathalia Garcia Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta quarta-feira (iº) que a decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de instituir uma taxa de 9,2% sobre as exportações de petróleo bruto é uma "solução de transição" e classificou os lucros das empresas do setor como "exorbitantes".

A cobrança foi anunciada por Haddad e pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), na terça-feira (28) como uma forma de compensar a perda de arrecadação com a reoneração parcial de **tributos** federais sobre gasolina e etanol.

"[O Imposto de Exportação] é uma solução de transição. As empresas estão com lucros extraordinários por causa do aumento dos preços do petróleo. Lucros exorbitantes. Pagam poucos **impostos**, na minha opinião", disse Haddad em entrevista ao portal UOL, antes da divulgação do balanço da Petrobras.

"É uma solução intermediária para a gente fasear a reoneração, e o Congresso é que vai dar a palavra final." Nesta quarta, a alíquota de PIS/Cofins subiu pra R\$ 0,47 por litro da gasolina e R\$0,02 por litro do etanol. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) permanece zerada.

Em julho, caso não haja mudanças no Congresso, serão retomadas as cobranças integrais de R\$ 0,69 por litro da gasolina e R\$ 0,24 sobre o etanol.

Com a instituição do imposto sobre exportação de óleo cru, o governo prevê arrecadar R\$ 6,66 bilhões. A medida tem duração de quatro meses.

O imposto sobre exportação é um tributo regulatório - usado pelo governo para estimular ou desestimular determinada atividade. Por essa característica, a alíquota do imposto pode ser alterada a qualquer momento, sem necessidade de antecedência de 90 dias ou um ano.

Ao UOL o ministro também minimizou a reação negativa de empresas do setor petrolífero após o anúncio da medida. "Tudo dá ruído, até uma palavra mal colocada dá ruído, mas acho que acomoda. A gente vai explicando, e as coisas vão ficando mais transparentes. As pessoas vão entendendo o propósito", afirmou.

Em nota, o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), principal representante do setor no país, disse ver "com grande preocupação" a instituição do imposto de exportação sobre o petróleo.

Haddad ainda minimizou as críticas feitas pela ala política do partido sobre a volta da cobrança de **tributos** federais sobre combustíveis.

Ele lembrou que, em 2003, o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, também foi alvo da bancada petista no primeiro ano do governo Lula.

"Não sei se em março ou abril de 2003, teve um abaixo-assinado da bancada do PT no Congresso pedindo a substituição do Palocci. Isso é natural", afirmou Haddad.

O ministro também afirmou que o governo pretende compensar a perda de arrecadação com a atualização da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda tributando o mercado de apostas esportivas em jogos eletrônicos.

"[O Imposto de Exportação] é uma solução de transição. As empresas estão com lucros extraordinários por causa do aumento dos preços do petróleo. Lucros exorbitantes" Fernando Haddad ministro da Fazenda, em entrevista ao UOL

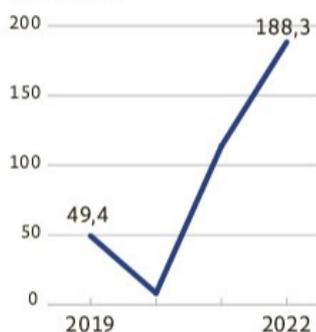
Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50203>

Petrobras sob Bolsonaro

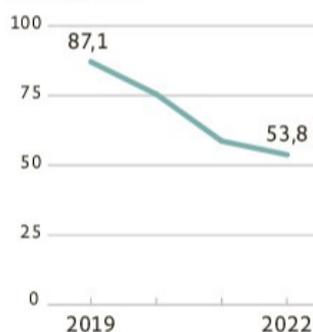
Lucro líquido

Em R\$ bilhões*



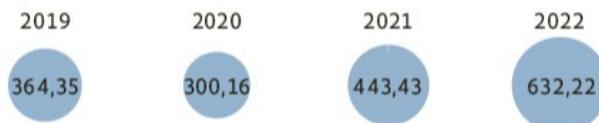
Dívida bruta

Em US\$ bilhões



Preço médio dos derivados de petróleo

Em R\$ por barril*



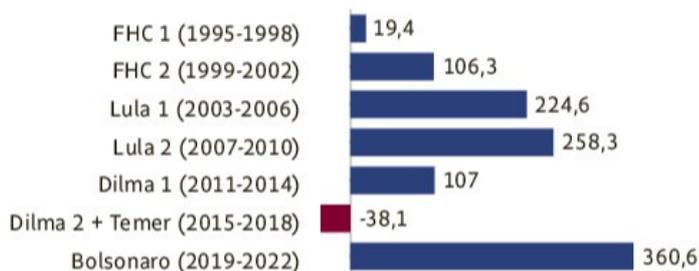
Maiores lucros líquidos registrados por companhias abertas brasileiras

Em R\$ bilhões*



Lucro acumulado da Petrobras por governo

Em R\$ bilhões



Lucro de petroleiras globais que já apresentaram balanço de 2022

Em US\$ bilhões*



* Corrigido pelo IPCA até dezembro de 2022
 Fontes: Petrobras e Trademap

Risco de alta do ICMS pesou na volta parcial de tributos federais

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA / GABRIEL VASCONCELOS/RIO

A perspectiva de aumento do ICMS sobre os combustíveis pelos Estados foi levada em conta na decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fazer a reoneração parcial dos **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol. A medida, anunciada na terça-feira, foi combinada com a redução do preço pela Petrobras e a taxaço das exportações de óleo cru.

No próximo dia 8, secretários de Fazenda dos Estados se reúnem para tratar da tributação do ICMS sobre os combustíveis.

A chance de aumento do tributo estadual é real, e o governo Lula manteve conversas com os governos regionais sobre o assunto em meio às negociações da compensação da União das perdas com a redução do imposto adotada no ano passado.

Se o governo federal tivesse retornado com a alíquota cheia de R\$ 0,69 da gasolina, a elevação dos **tributos** poderia chegar a quase R\$ 1 por litro num cenário de aumento do imposto estadual. Nesse caso, o impacto no preço final e na **inflação** seria maior.

Hoje, a alíquota do ICMS está em torno R\$ 0,92 por litro na média ponderada dos Estados pelo valor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e pode chegar a R\$ 1,20, a depender das discussões técnicas que os Estados estão fazendo.

Na reunião, os secretários de Fazenda vão buscar convergência.

Lula decidiu não recompor integralmente e subiu a alíquota da gasolina para R\$ 0,47 por litro. A alternativa de recomposição gradual da taxaço, antecipada pelo Estadão na semana passada, era o cenário-base que estava na mesa de negociação do Palácio Planalto, apesar da pressão da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para manter a desoneração total.

EFEITO.

O modelo aprovado pelo presidente foi o de distribuir melhor ao longo da cadeia produtiva o impacto da reoneração dos **impostos** para mitigar o seu efeito para o consumidor.

Ministros que participaram da decisão final rejeitam a ideia de que a taxaço das exportações de óleo cru seja uma cópia do modelo argentino que tributa as vendas externas. Essa crítica está sendo utilizada pela oposição.

O argumento do governo brasileiro é o de que não se trata de uma medida para resolver o problema de abastecimento no mercado interno, além de ser temporária, com prazo de validade de quatro meses.

ANP diz que preços nos postos ficaram estáveis nas últimas semanas

O preço médio da gasolina nos postos subiu 0,2% para R\$ 5,08 por litro entre 19 e 25 de fevereiro (antes do corte de preços da Petrobras e da volta de **tributos**).

Na semana anterior, era de R\$ 5,07. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O litro de etanol anidro, que representa 27% da mistura da gasolina, teve alta de 1,67% para R\$ 3,11 por litro, o que ajuda a explicar o aumento de 0,2% no preço da mistura nos postos. O movimento do etanol anidro recompõe o preço do insumo, que havia caído 2% na semana anterior à da sondagem.

Já o preço do diesel S-10 nas bombas caiu 1,6%, para R\$ 6,05.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Combustíveis sobem acima do esperado pelo governo

BRUNO ROSA E PEDRO GUIMARÃES*
economia@oglobo.com.br -

No primeiro dia da volta da incidência de **impostos** sobre combustíveis, o aumento de preço da gasolina na bomba chegou a R\$ 0,60, quase o dobro dos R\$ 0,34 estimados pelo governo. No caso do etanol, apesar de o imposto representar um acréscimo de R\$ 0,02 por litro, a alta foi de até R\$ 0,20.

Apesar da reoneração parcial no valor da gasolina e da redução anunciada pela Petrobras nas refinarias, os preços nos postos podem variar. De acordo com fontes do setor, nem todos os revendedores pretendem repassar na íntegra a queda de R\$ 0,13 por litro anunciada pela estatal.

Em uma ronda ontem em alguns postos nas zonas Norte, Sul e Oeste do Rio de Janeiro, o maior reajuste nos preços da gasolina foi encontrado em um posto na Lagoa, Zona Sul da cidade. Lá, o valor do litro saltou de R\$ 5,29 para R\$ 5,89, uma diferença 77% maior do que a esperada pela equipe econômica.

No etanol, o aumento também foi maior do que o esperado. Em um posto da Avenida Brasil, na altura do Caju, o combustível era vendido a R\$ 4,59 por litro, um aumento de R\$ 0,20 em relação ao valor anterior. Uma variação dez vezes maior do que o aumento do imposto sobre o litro, de R\$ 0,02.

Um posto na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, que vendia gasolina a R\$ 4,99 na semana passada, já havia reajustado para R\$ 5,48 na terça-feira.

Apesar de o preço do litro do álcool ter subido menos que o da gasolina, os postos registravam baixa procura pelo combustível.

- O pessoal tem usado muito pouco o etanol. Mesmo quem tem GNV no carro tem colocado gasolina -disse o frentista João Alexandre, ressaltando que o etanol atualmente é pouco competitivo.

Nem mesmo em um posto em Mangueiras, onde apenas o preço da gasolina foi reajustado em R\$ 0,30, para R\$ 5,39, o etanol, vendido por R\$ 4,29 o litro, não era a opção mais econômica (veja acima como fazer o cálculo).

Apesar de sentir no bolso, Francisco Gomes, profissional liberal que usa o carro para trabalhar, diz que o aumento tinha de ser feito: - O governo anterior baixou o preço por causa das eleições. Acredito que tem que ter o imposto pela parte econômica, então a gente abastece com o que tem no momento.

Já a aposentada Vera Borges se assustou com o novo preço da gasolina comum no posto: R\$ 5,69.

Representantes dos postos afirmam que as margens estão apertadas, por isso a redução da estatal pode não ser repassada na íntegra. Por isso, na prática, os preços da gasolina podem variar de local para local. Ontem, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) disse que o preço médio da gasolina no Brasil está em R\$ 5,08.

COMPOSIÇÃO DE FATORES Segundo a Petrobras, o preço da gasolina é composto por uma série de fatores. O maior custo no preço final é a chamada "parcela Petrobras", que responde por quase metade do valor total (47,6%). Em seguida, aparecem o imposto estadual (18,1%), o custo da distribuição e revenda (17,7%), além das despesas do etanol anidro (16,5%). Agora, nessa composição de custos, entrarão os **impostos** federais, que estavam zerados.

A expectativa é que os **impostos** federais passem a responder por algo entre 8% e 9% do preço final.

Segundo fontes do setor, as distribuidoras, antecipando a volta do imposto, já estão vendendo mais caro desde segunda-feira aos postos - assim como se anteciparam na virada do ano, antes mesmo da publicação da MP que prorrogou a isenção por dois meses. Procurado, o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) ainda não se pronunciou.

A Fecombustíveis, que representa os postos, disse que os preços são livres em todos os segmentos da cadeia. ^Estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

R\$ 0,60

**Foi a alta máxima encontrada
em ronda em postos do Rio**

Agasolina subiu mais do que o
governo calculava com o aumen-
to dos impostos federais

R\$ 0,20

Foi o aumento no etanol, dez vezes o esperado pelo governo

A volta do tributo faria o litro do combustível subir R\$ 0,02 no preço do álcool

Novo Bolsa Família reajusta faixa de pobreza para R\$ 218



O presidente Lula no Planalto; novo Bolsa Família será lançado nesta quinta Pedro Ladeira/Folhapress

Renato Machado, Idiana Tomazelli e Thiago Resende
brasil

Na véspera do lançamento oficial do novo Bolsa Família, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou que o programa vai incluir famílias com renda de até R\$ 218 por pessoa -uma ampliação em relação à faixa atual de pobreza, que vai até R\$ 210 por pessoa.

O reajuste de 3,81% fica abaixo da **inflação** de 7,12% acumulada desde dezembro de 2021, quando foi sancionada a lei que criou o Auxílio Brasil e instituiu a linha de corte de R\$ 210 por pessoa.

Por outro lado, a elevação abre caminho para que mais famílias sejam consideradas elegíveis ao programa -no último mês de dezembro, eram 21,9 milhões de famílias beneficiadas. Além disso, o governo precisa respeitar o orçamento previsto para o Bolsa Família neste ano, de R\$ 175 bilhões.

Um **comunicado** do Palácio do Planalto antecipou algumas das diretrizes do novo desenho do programa, que retomará a marca das gestões petistas e será lançado com pompa por Lula e seus ministros às 11h desta quinta-feira (2). A ideia é se descolar de vez do selo do Auxílio Brasil, criado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nas redes sociais, o governo já iniciou uma campanha com a mensagem "Ele está voltando", em referência à retomada do nome antigo do programa social "Ele está voltando! Um programa que durou quase 18 anos,

ajudou a retirar milhares de crianças do trabalho infantil, se tomou referência para o mundo e inspirou iniciativas semelhantes em vários outros países, ajudou a ampliar a matrícula e a escolaridade dos mais pobres", escreveu o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), em uma rede social.

A MP (medida provisória), que dará vigência imediata às novas regras, será assinada pelo presidente na cerimônia. Wellington Dias também deve fazer uma apresentação das novidades da política.

"Com a nova legislação, terão acesso ao programa todas as famílias que têm renda de até R\$ 218 por pessoa", diz o texto do Planalto.

O governo não detalhou no **comunicado** prévio, mas a Folha apurou que o programa deve ter uma única faixa de acesso ao programa.

Desde sua concepção, o Bolsa Família tem duas possibilidades de enquadramento das famílias: pobreza e extrema pobreza. Esse modelo foi preservado no Auxílio Brasil.

Desde dezembro de 2021, as famílias em situação de extrema pobreza são aquelas com renda de até R\$ 105 mensais por pessoa, e aquelas em situação de pobreza, entre R\$ 105,01 e R\$ 210 por pessoa.

As demais diretrizes do programa, segundo o Planalto, incluem a garantia do valor mínimo de R\$ 600 por família e o pagamento de um adicional de R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos -duas promessas de campanha de Lula.

Como a Folha antecipou, também haverá um benefício variável familiar, que prevê adicional de R\$ 50 para cada integrante da família com idade entre 7 e 18 anos incompletos e para gestantes.

O governo afirma que os dois valores adicionais têm como objetivo dar mais peso ao tamanho da família no cálculo do benefício total. Hoje, o Auxílio Brasil paga R\$ 600 por família independentemente do número de integrantes -isso significa que uma mãe solo com dois filhos pode receber o mesmo valor que um homem solteiro e sem filhos.

Esse desenho é considerado uma distorção por especialistas e também por integrantes do governo, para quem o desenho será mais justo com as especificidades dos beneficiários.

50203

"Todas as famílias beneficiárias receberão um valor mínimo de R\$ 600 e serão criados dois benefícios complementares, pensados para atender de forma mais adequada o tamanho e as características de cada família", informou o Planalto.

O governo federal afirma que o novo programa vai retomar a sua característica de ser um instrumento para reduzir a pobreza e promover as condições sociais de cada família, incluindo questões ligadas a saúde e educação.

"O programa volta a enfatizar condicionalidades estratégicas e históricas, como a exigência de frequência escolar para crianças e adolescentes de famílias beneficiárias, o acompanhamento pré-natal para gestantes e a atualização do caderno de vacinação com todos os imunizantes previstos no Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde", diz o texto.

A equipe de Lula também ressalta que tem trabalhado para aprimorar o Cadastro Único e para efetuar a busca ativa de potenciais beneficiários que preenchem os requisitos do programa, mas não estão na base do cadastro e não recebem a ajuda.

"A intenção é garantir que o benefício chegue a quem de fato necessita e detectar famílias que deveriam fazer parte do programa e que atualmente não estão nele", afirma o texto.

Técnicos que trabalham nos estudos e ouvidos pela Folha dizem ainda que a nova versão deverá prever critérios mais rígidos para famílias unipessoais - compostas por um único integrante.

Ainda na transição de governo, um dos problemas encontrados pela equipe de Lula foi a explosão de cadastros de famílias solo após o ex-presidente Bolsonaro ter instituído um valor mínimo a ser pago independentemente do tamanho da família.

"Já agora, em março, vamos tirar mais de 1,5 milhão de famílias dessas cerca de 5 milhões em que estamos focados. Temos segurança de que essas não preenchem os requisitos", disse Dias no fim de fevereiro. A estimativa do governo é que ao menos 2,5 milhões de famílias recebam os valores de forma indevida.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>